



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009. Os Ativos Contingentes representam direitos com realização incerta e, por este motivo, não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do Banco da Amazônia. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em notas explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25. A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Considera-se o histórico de desembolso de caixa para processos semelhantes. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

#### n) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados pro rata die, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

#### o) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

#### p) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
- os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

#### q) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

#### r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

#### s) Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota 28.d.

#### 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Disponibilidades</b>	<b>73.593</b>	<b>56.335</b>
Disponibilidade em Moeda Nacional	63.883	53.760
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	9.710	2.575
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez(*)</b>	<b>429.977</b>	<b>2.256.104</b>
Aplicações no Mercado Aberto	429.977	2.256.104
<b>Total</b>	<b>503.570</b>	<b>2.312.439</b>

(\*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

#### 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>585.878</b>	<b>2.430.705</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>429.977</b>	<b>2.256.104</b>
Letras Financeiras do Tesouro	209.990	403.001
Letras do Tesouro Nacional	149.986	500.620
Notas do Tesouro Nacional	70.001	1.352.483
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>155.901</b>	<b>174.601</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	155.901	174.601
<b>Provisão p/ Perdas em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>(20.829)</b>	<b>(32.274)</b>
<b>Total</b>	<b>565.049</b>	<b>2.398.431</b>

<b>Circulante</b>	<b>479.542</b>	<b>2.398.431</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>85.507</b>	<b>-</b>

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$20.829 (R\$32.274 em 31.12.2019), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício, R\$45.215 (R\$149.996 em 2019) e estão registradas como rendas de TVM.

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
<b>Carteira Própria - Livres</b>	<b>11.781.962</b>	<b>12.417.795</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>9.175.911</b>	<b>10.256.989</b>